

A Concepção de Educação sob a Perspectiva da Unesco com Enfoque no Documento “Educação, um Tesouro a Descobrir”

Bruna Erica Lemes Diniz Pacheco¹ e Armando Daros Jr.²

1. Graduada em Pedagogia (Uniamérica).

2. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste). Docente de Pedagogia (Uniamérica).

brunaep@gmail.com e darosjr@gmail.com

Palavras-Chave

Jacques Delors
Neoliberalismo
Políticas educacionais
Unesco

Resumo:

O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma análise do documento *Educação: Um tesouro a descobrir*, escrito pelo economista francês Jacques Delors entre os anos de 1993 a 1996. Este documento, feito por uma comissão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), tem o objetivo de criar recomendações e orientações aos governos para a implementação de políticas educacionais. O tema tratado no presente artigo mostra-se relevante, pois apresenta a ideia de educação que vem sendo proposta por um organismo atuante, forte e que está presente em diversos países. Este apresenta uma educação que é vista e pensada pelo viés econômico e não por uma perspectiva qualitativa e/ou transformadora, pensamento este que ainda persiste e que é incentivado abertamente pelos organismos internacionais. Através dos apontamentos do autor do relatório e da pesquisa bibliográfica feita à partir de fontes primárias e secundárias, é possível perceber a estreita ligação do documento da Unesco com a doutrina neoliberal e da proximidade das políticas educacionais implementadas no país com os interesses e objetivos dos organismos internacionais. A escola passa a ser um local que oferece uma educação voltada a desenvolver habilidades e competências que atendam, prioritariamente, às necessidades e demandas do capital.

Artigo recebido em: 17.08.2015.

Aprovado para publicação em: 26.10.2015.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa compreender e analisar a concepção de educação sob a perspectiva do documento *Educação: um tesouro a descobrir*, feito pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Este documento, conhecido como *Relatório Jacques Delors*, foi escrito a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o intuito de criar um documento, a nível mundial, para nortear a educação e formar uma base comum de diretrizes, princípios e conhecimentos.

A Comissão foi financiada pela própria Unesco que, além do apoio financeiro, também auxiliou disponibilizando seu secretariado e todo seu acervo de informações. As recomendações que constam no documento seguem, segundo o próprio autor, a mesma linha das conferências mundiais realizadas pelas Nações Unidas.

O referido relatório é uma espécie de guia para a tomada de decisões nas políticas públicas envolvendo sistemas educativos. O que se pretende é que o documento traga direcionamentos para que o ensino do século XXI caminhe na mesma direção.

A ideia de uma comissão que refletisse sobre questões envolvendo a educação do século XXI nasceu em uma Conferência Geral da Unesco em 1991. Jacques Delors foi então convidado pela Unesco para presidir a comissão que foi criada oficialmente no ano de 1993. Foi nesse mesmo ano que os membros da comissão se reuniram pela primeira vez.

Através de suas conferências mundiais e dos documentos publicados, a Unesco que influencia fortemente os países em desenvolvimento – entre eles o Brasil – transmite ideias, valores e princípios que são adotados e incorporados pelos países associados à ONU, chamados de estados-membros. Neste sentido vale ressaltar sua atuação direta nas recomendações e orientações que norteiam as políticas educacionais.

Para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI educação e trabalho possuem uma estreita ligação e cabe ao sistema educativo preparar o jovem para desempenhar seu papel social no mundo do trabalho.

UNESCO E JACQUES DELORS: UM HISTÓRICO

A partir dos anos de 1990 a educação passa a receber destaque nos discursos políticos e nos documentos produzidos por organismos internacionais devido a crise social que se estabeleceu em decorrência de políticas de governo de fundo neoliberal. A autora Figueiredo (2001, p. 85) esclarece ao dizer que na sociedade brasileira do começo dos anos 80, “a economia se encontrava cada vez mais internacionalizada e dependente do financiamento externo para incrementar e complementar a estrutura produtiva do setor industrial”. A crise social iniciada em meados de 1980 nos países da América Latina em decorrência do crescimento da dívida externa ganhou força na década seguinte.

No Brasil, todo o cenário de crise política e econômica nos anos 1990, abriu espaço para que as agências internacionais iniciassem um movimento de intervenção nas políticas públicas do país. Neste momento, a educação ganhou força e passou a ser vista como um mecanismo para a amenização da crise social e para a contenção da pobreza. É logo no início da década de 1990 que a Unesco passa a influenciar com mais força a implementação de políticas educacionais no Brasil através de suas conferências e documentos.

A Unesco é um organismo integrado da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi criada no ano de 1945. Frente a um cenário de perdas, danos e prejuízos deixados pelo fim da Segunda Guerra Mundial, a Unesco viu na educação a chance de resgatar e reconstruir os países envolvidos nos confrontos. Desde então, atua nas áreas de educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura, comunicação e informação. No Brasil, sua representação iniciou no ano de 1964 e seu escritório em Brasília começou suas atividades em 1972.

Propagando ideais de paz, coesão social e respeito mútuo entre as nações, a Unesco tem entre seus objetivos a diminuição da pobreza extrema, a igualdade de gêneros, garantia de acesso e qualidade da educação básica a todas as crianças, jovens e adultos. Sua influência se dá por meio de seus institutos, centros, conferências mundiais, documentos e parcerias entre governos e agências de financiamentos como o Banco Mundial. (UNESCO, 2009)

No caso do Brasil, essa parceria se realiza por meio da União, estados e municípios, além da iniciativa privada. Ao adotar as orientações dessas agências internacionais o país recebe financiamentos, esse é o motivo pelo qual os países, entre eles o Brasil, acabam incorporando essas orientações nas políticas educacionais do país.

Entre as Conferências organizadas pela Unesco, destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia. O documento produzido no evento proclama a educação como um direito fundamental de todos. Neste, a educação é vista como meio para alcançar o progresso social, pessoal, econômico, cultural, a tolerância e a cooperação internacional.

Entre os objetivos apontados na Conferência de Jomtien estão o de universalizar o acesso à educação, promoção da equidade, mobilização de recursos humanos e financeiros, fortalecimento das relações e da so-

lidariedade internacional. A educação básica é descrita como “base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação”. (BRASIL, 1998, p. 3.)

O discurso presente no documento *Educação para Todos* é semelhante ao *Relatório Jacques Delors* no sentido de ter a educação a serviço do desenvolvimento econômico e social. Os dois documentos também apontam para a importância vital da educação básica e para colaboração entre os países. No Brasil, o Ministério da Educação e Cultura criou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) que continha orientações definidas na Conferência de Jomtien. (GARCIA, 1993, p. 100)

No entanto, antes da análise do relatório *Educação: Um tesouro a descobrir*, é necessário conhecer o autor do documento, a pessoa responsável por conduzir os trabalhos da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Escolhido como presidente da Comissão, Jacques Delors está à frente do relatório com outros quatorze membros de diversas regiões do mundo.

Este documento foi estruturado no formato de vários artigos compondo, como resultado final, um livro. Contribuíram com estes artigos todos os quatorze membros.

Além da participação do referido grupo, o relatório conta com os chamados conselheiros extraordinários, composto por personalidades envolvidas em prestigiados trabalhos ligados à educação.

Jacques Delors é um importante político europeu, de origem francesa que sempre esteve ligado a assuntos de ordem econômica e financeira. Trabalhou no Banco da França, foi ministro da Economia e Finanças, presidiu a Comissão Econômica e Monetária e a Comissão Europeia (DELORS, 1999, p. 270):

A primeira observação a se fazer é em relação à trajetória profissional de Delors. Suas atividades profissionais e funções em organizações sempre estiveram relacionadas a economia e as finanças. É formado em Economia e trabalhou como professor ministrando aulas no curso de Administração. Conhecendo um pouco o autor fica mais fácil compreender o peso que o relatório dá ao processo de formação de indivíduos focalizado essencialmente no ensino voltado ao trabalho. O documento deixa muito clara a associação da educação e formação profissional com as crises econômicas e com o desemprego (DELORS, 1999, p. 202).

A EDUCAÇÃO E O MODELO NEOLIBERAL

Ao ler no relatório conceitos como o de educação ao longo de toda a vida, e trechos que reiteram a necessidade da participação do setor privado na educação, competitividade, produtividade, competências, habilidades, entre outros, escrito pelo autor, percebe-se o cunho neoliberal presente no documento.

A título de melhor compreensão, o neoliberalismo é uma ideologia política que defende a ideia da mínima intervenção do Estado na economia e afirma que o mercado “é a única instituição que tem a capacidade de organizar e coordenar quaisquer problemas, seja de ordem econômica, seja de ordem política e social”. (LIMA, 2007, p. 47)

Para o neoliberalismo a sociedade deve ser regida pelo mercado, sua lógica é de competitividade, produtividade, individualismo, racionalização, para os neoliberais o Estado é o responsável pelas crises do sistema capitalista. Para Lima (2007, p. 47) “podemos afirmar que o pilar implícito e político-ideológico do pensamento neoliberal é a tentativa de alçar o mercado ao grau máximo de regulação da vida social”. O mercado está no centro dos ideais do neoliberalismo, e para esta ideologia a escola funciona a semelhança do mercado e para este deve estar a serviço.

O relatório da Unesco, apesar de ser para e sobre educação, trata de diversos assuntos referentes à nossa “aldeia global”. Está dividido em três partes e além das pistas e recomendações aos governos, traz apontamentos sobre problemas sociais, políticos e econômicos.

Educação é apenas um assunto entre tantos abordados por Delors no decorrer dos 9 capítulos do relatório que deixa muito clara a defesa de uma formação adaptada às necessidades do mercado de trabalho¹. Para ele, o sistema educativo é que deve dar resposta a essas necessidades, nas palavras de Delors (1999, p. 70):

Observa-se, de fato, que no decurso do período considerado e sob pressão do progresso técnico e da modernização, a procura de educação com fins econômicos não parou de crescer na maior parte dos países. As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade.

Na segunda parte do documento, o autor escreve sobre os quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Neste o autor não desvincula mercado de trabalho e educação ao escrever sobre noções de qualificação, competência e o trabalho na economia informal. Após descrever os quatro pilares da educação, Delors traz no documento o conceito de educação ao longo de toda a vida, termo muito recorrente nos documentos da Unesco e que será explicitado na próxima seção.

O CONCEITO DE “EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA”

No capítulo 5 do relatório intitulado *Educação ao longo de toda a vida*, o autor deixa clara a necessidade de divisão de responsabilidades ao escrever que “devem multiplicar-se as parcerias entre o sistema educativo e as empresas de modo a favorecer a aproximação entre formação inicial e formação contínua” (DELORS, 1999, p. 113). Percebe-se então, a intenção de deixar registrado que a Educação deve ocorrer a partir também, do planejamento do setor privado.

Para representar melhor a relação escola – trabalho o autor apresenta o conceito de “educação ao longo de toda a vida” que sugere uma espécie de reciclagem profissional, uma atualização constante dos saberes para que o indivíduo esteja sempre preparado para atender as demandas do mercado de trabalho.

Ainda quanto à educação ao longo de toda a vida, vale o registro de uma observação crítica quanto a intenção do autor. Podemos perceber que esta intenção está voltada para formar pessoas que possam desenvolver competências capazes de acompanhar as rápidas transformações e exigências do mundo. Nas palavras de Delors:

Em primeiro lugar, como dissemos, o progresso científico e tecnológico e a transformação dos processos de produção resultante da busca de uma maior competitividade fazem com que os saberes e as competências adquiridos, na formação inicial, tornem-se, rapidamente, obsoletos e exijam o desenvolvimento da formação profissional permanente. Esta dá resposta, em larga medida, a uma exigência de ordem econômica e faz com que a empresa se dote das competências necessárias para manter o nível de emprego e reforçar sua competitividade. (DELORS, 1999, p. 104)

Para que isso se concretize o relatório sustenta a ideia de descentralização da educação, fazendo com que esta se torne responsabilidade também das empresas. Outro ponto que se caracteriza como neoliberal já que este possui o discurso de que a educação precisa estar de acordo com os interesses e necessidades do mercado. As empresas têm interesse na educação, pois é a escola a responsável por preparar esses futuros trabalhadores, quanto melhor a escola prepará-lo melhor será sua mão de obra e assim a empresa reforça e aumenta sua competitividade.

Para que essa competitividade acompanhe as transformações do mundo, Delors defende o conceito de “educação ao longo de toda vida”, neste caso não só para o jovem obter uma formação contínua, mas também para completar e até mesmo corrigir sua formação inicial. Delors aponta como um comprometimento:

A Comissão confia à Unesco o compromisso de promover, também, por intermédio de seu programa, o conceito de educação ao longo de toda a vida, proposto neste relatório, a fim de inscrevê-lo progressivamente na realidade educativa do mundo contemporâneo. (DELORS, 1999, p. 207)

No relatório o autor cria diversos conceitos relacionados à questão da finalidade da educação voltada ao mercado de trabalho e a partir disso fica mais claro entender porque competitividade e produtividade estão tão presentes no texto de Delors (DELORS, 1999, p. 71). O autor expõe sua ideia de educação ao escrever:

O mundo do trabalho constitui, igualmente, um espaço privilegiado de educação. Trata-se, antes de mais nada, da aprendizagem de um conjunto de habilidades e, a este respeito, importa que seja mais reconhecido, na maior parte das sociedades, o valor formativo do trabalho, em particular quando inserido no sistema educativo. (DELORS, 1999, p. 113)

No relatório há recomendações em relação a formação e crescimento pessoal, educação cívica, práticas cidadãs, respeito pela diversidade, no entanto, a importância dada a um ensino voltado a habilidades profissionais têm uma defesa implacável do autor. Duarte (2001, p. 60) esclarece:

Mas os intelectuais a serviço do capital internacional são mestres na utilização de um discurso repleto de termos vagos que escondem os compromissos ideológicos. Evitam a todo custo que se tome evidente a defesa da liberdade plena para o capital, existente por detrás do discurso que defende a liberdade individual e mitifica a imagem do indivíduo empreendedor e criativo. Assim, o processo de “globalização” é apresentado como um processo de desenvolvimento natural e espontâneo, devendo todos os países se adaptarem a tal processo, destruindo todas as formas de controle social do mercado. Tanto a nação como cada indivíduo devem se adaptar para acompanhar o “progresso”.

É pertinente observar que até mesmo o ensino de uma língua estrangeira tenha uma finalidade econômica. Ao afirmar que vivemos numa “aldeia global”, o relatório relaciona o aprendizado de um idioma ao sucesso profissional. Em nenhum momento faz-se referência aos intercâmbios culturais ou de socialização. A língua estrangeira é descrita como “indispensável à aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes que ajudarão um país a atingir níveis modernos de desenvolvimento econômico” (DELORS, 1999, p. 138).

EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CAPITAL

Para o relatório, a intenção é que o conhecimento, o aprendizado e a informação estejam voltados essencialmente a qualificações profissionais e afirma que, ao escolher um tipo de educação, escolhe-se por consequência um tipo de sociedade (DELORS, 1999, p.193). No início do relatório, já no prefácio é possível perceber as orientações educacionais que darão o tom do documento. Delors (1999, p. 20) escreve que:

Além da aprendizagem de uma profissão, há que adquirir uma competência mais ampla, que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações, muitas delas imprevisíveis, e que facilite o trabalho em equipe, dimensão atualmente muito negligenciada pelos métodos pedagógicos.

A educação que se espera para o século XXI é aquela que prepara o jovem não só para aquisição e atualização de conhecimentos, mas para o que o relatório chama de desafio: como fazer o jovem colocar em prática tudo aquilo que aprendeu?

Neste sentido, o documento coloca a escola como o meio para se alcançar uma inserção do sujeito na sociedade através do trabalho. Por outro lado, o autor é taxativo ao explicitar as desvantagens que indivíduos sem diploma têm em relação aos diplomados (DELORS, 1999, p. 56). Estes cidadãos sem formação, por sua vez, considerados sem capacidades são excluídos do mercado de trabalho. Rodrigues (2004, p. 11) registra um contraponto crítico, “parece-me que a questão central da educação tem sido minimizada em prol da formação das ‘competências’ como forma de o indivíduo ser empregável”.

É claro que é importante que uma pessoa tenha conhecimentos e qualificações, que saiba fazer uso do que aprendeu na escola. No entanto, não se pode reduzir a educação à aquisição de habilidades para fins econômicos, educação é para além do saber fazer, é para desenvolver o ser humano integralmente. No momento que o sistema reduz a escola a priorizar seu ensino no sentido de atender as necessidades do capital se reduz também o desenvolvimento integral do indivíduo, privando-o e diminuindo seu desenvolvimento social, cultural, político e tantas outras habilidades que podem ser trabalhadas dentro do espaço escolar.

Neste sentido, o *Relatório Jacques Delors* mais uma vez enquadra-se no neoliberalismo ao deixar de lado uma formação completa, plena. Na vertente neoliberal a questão social, política e cultural são deixadas de lado para dar lugar a uma educação que enxerga seus alunos como mão de obra e como consumidores. Rega (1998, p. 05) diz que a educação no modelo neoliberal se torna “dependente da economia de onde recebe seus novos construtos organizadores e delimitadores de sua missão e razão de ser”. A educação passa a ser menos abrangente e mais prática, objetiva, imediatista e profissionalizante.

O discurso deveria estar pautado em educação para a ruptura, para o enfrentamento da desigualdade, para a tomada de consciência e para a criticidade. Esta educação deveria trazer todas estas variáveis no seu planejamento pedagógico e não estar voltada essencialmente para o trabalho. Para Silva, Czernisz e Perrude:

A concepção de formação humana no século XXI é influenciada pelas sucessivas crises do capitalismo monopolista, pelas estratégias vinculadas às áreas empresariais que estiveram voltadas para a recomposição da acumulação do capital e exploração máxima da força de trabalho. (SILVA, CZERNISZ, PERRUDE, 2012, p. 06)

Este discurso presente no relatório da Unesco é uma forma de mostrar que a educação precisa estar a serviço do desenvolvimento econômico, e que a pessoa precisa estar apta a acompanhar as oscilações e a instabilidade do mercado. Sendo assim o relatório reforça a ideia de que o sujeito precisa estar preparado para se adaptar e para acompanhar as transformações e exigências do mundo empresarial. Delors (1999, p. 136) enfatiza a questão da adaptação ao dizer que “a formação profissional deve conciliar dois objetivos divergentes: a preparação para empregos existentes atualmente e uma capacidade de adaptação a empregos que ainda nem se quer podemos imaginar”.

A palavra adaptação, na verdade, é uma forma de dizer que o jovem deve estar preparado para acompanhar as mudanças do mundo. Esta palavra sugere uma postura de adequação, não de enfrentamento ou rompimento com um sistema seletivo e injusto.

O conceito de formação apresentado pelos documentos, como necessário ao homem do século XXI, está integrado numa ordem do capital, como um processo educativo submetido às regras do mercado cujo resultado é uma formação adaptada ao contexto sem contestações à ordem posta. (SILVA, CZERNISZ, PERRUDE, 2012, p. 07)

Com base em concepções de um ensino voltado a atender as demandas do mercado de trabalho, a educação está formando jovens cada vez mais competitivos. Como consequência temos jovens que valorizam o sucesso individual, que acreditam que a finalidade da educação seja a aquisição de habilidades que o auxiliem e que o destaquem para o campo profissional. A competitividade desumaniza as relações, fortalece e reforça as relações de poder tão presentes na sociedade atual. Na apresentação que Jinkings (2005, p. 12) faz do livro *A educação para além do capital* de István Mészáros, o mesmo escreve:

Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele (Mészáros), uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico. (JINKINGS, 2005, p. 12)

O relatório aborda questões no que diz respeito a uma formação cidadã, inclusiva, reflexiva. No entanto, o mesmo documento que diz ser importante a formação do sujeito para cidadania e democracia é o mesmo que incentiva um currículo mínimo, prático, utilitarista.

A pessoa é capaz de se desenvolver em diversas áreas do conhecimento, como a tecnologia e áreas ligadas a arte e a cultura, contudo temos um sistema de ensino que elege somente duas disciplinas tidas como importantes para o aluno e que indica um tipo de educação que instrua o indivíduo para que saiba apenas aquilo que necessita para atender ao capital.

Uma educação de qualidade precisa ter como um dos seus principais propósitos a emancipação e autonomia do sujeito e não manter um tipo de sistema que privilegia os que já têm privilégios e perpetua a desigualdade naturalizando a pobreza e a exploração de um grupo sobre o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do documento apresenta a ideia que o desenvolvimento do *Relatório Jacques Delors* está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e expõe uma concepção de formação e educação que vem sendo influenciada pelo capital. Esse tipo de pensamento desfavorece e enfraquece o papel social da escola no sentido de promover uma educação que contemple questões sociais, políticas, culturais e também científicas.

O documento publicado pela Unesco que virou uma espécie de guia para os governos de diversas partes do mundo, trouxe para dentro das escolas princípios neoliberais de produtividade e competitividade. A questão meritocrática, por exemplo, indicada no relatório e amplamente adotada pelos sistemas educativos do Brasil aprofunda ainda mais as diferenças entre as escolas desviando o foco da questão do ensino qualitativo para o quantitativo.

Ao priorizar a educação para o desenvolvimento econômico, o relatório minimiza o crescimento intelectual e sobrepõe a isso ideias de tolerância, compreensão mútua e coesão social. O documento não faz críticas ao capitalismo e aos prejuízos que este traz às sociedades mais pobres, muito menos problematiza sobre a questão da desigualdade. O sujeito dinâmico e criativo que o autor aponta é aquele que consegue sobreviver a um mundo em crise, chamado pelo relatório de “mundo em transformação”.

A educação que a Unesco espera do século XXI é aquela que prepara o indivíduo para colocar em prática o que aprendeu, que forma mão de obra qualificada para que o mercado possa exercer sua competitividade. A sociedade educativa que o relatório apresenta não é uma sociedade letrada, consciente e transformadora, mas sim uma sociedade que consiga se adaptar e que tenha capacidade de renovar seus conhecimentos à

partir das necessidades do mercado. É uma forma de enxergar a educação como um investimento, não no sentido intelectual, numa perspectiva cidadã, mas de investimento para a produtividade.

A ideia da Unesco e de outros organismos internacionais entram em consonância ao enxergar na educação um mecanismo de contenção de crise, de amenização da pobreza extrema e de ligação direta entre sistemas educativos e desenvolvimento econômico. Essa concepção de desenvolvimento se traduz na escola na forma de competitividade e produtividade que resulta em um tipo de ensino que eventualmente se modifica, mas que no final não promove uma educação de qualidade para todos e mais do que isso, um ensino que contribui para a conservação social e para a lógica do capital.

NOTAS

1. Mercado de trabalho refere-se à relação entre oferta/demanda de trabalho e trabalhadores

REFERÊNCIAS

- CZERNISZ, E. C. da S.; PERRUDE, M. R. da S.; SILVA, A. L. F. da. **Orientações da Unesco para a educação brasileira: educar para o consenso?** Marília – SP: UNESP, 2012.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- DUARTE, N.. **Vigotski e o aprender a aprender**: Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea)
- FIGUEIREDO, I. M. Z. **Políticas educacionais do Estado do Paraná nas décadas de 80 e 90**: Da prioridade à centralidade da educação básica. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas.
- GARCIA, W. E. **O plano decenal que nós queremos**. Em Aberto, Brasília, ano 13, n.59, jul./set. 1993
- LIMA, M. J. C. de. **Neoliberalismo e educação**. Revista Eletrônica Studia Diversa UFPB. João Pessoa – PB, v. 1, n. 01, p. 44-60, out. 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. A. Mercado de trabalho: Múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública**, vol.45, no.5, Rio de Janeiro, Set./Out. 2011.
- REGA, L. S. **A mercadorização do saber como produto do neoliberalismo de Milton Friedman e a metáfora da “rã na chaleira”**. Revista da Associação de Pós-graduandos da PUC – SP. Ano IX, p. 155-164, 2000.
- RODRIGUES, M. T. **Mais do que gerir, educar**: Um olhar sobre as práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- UNESCO: Representação da Unesco no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abou-this-office/>>. Acesso em: abr. 2014.
- _____. **Educação para todos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

